

Esta pesquisa teve como objetivo investigar como as/os professoras/es das escolas municipais de ensino fundamental da cidade de Novo Hamburgo/RS incluem a educação sexual nas práticas pedagógicas, verificando quais ações reconhecem e interpretam como práticas de educação sexual, analisando os artefatos pedagógicos que as acompanham, questionando que lugar ocupa nestas práticas a diversidade sexual e problematizando as discussões que circulam nas escolas sobre a educação sexual. Para tanto, este estudo delinea-se metodologicamente com enfoque quali/quantitativo, sendo que para a coleta de dados serão aplicadas entrevistas semi-estruturadas aos/as professores/as do ensino fundamental e para a análise dos dados, utiliza-se a proposta do Discurso do Sujeito coletivo DSC (Lefevre & Lefevre, 2003). Analisam-se a partir das respostas obtidas as estratégias que são desenvolvidas no âmbito escolar para superar as atitudes discriminatórias baseadas na orientação sexual e como a prevenção das DSTs e a saúde reprodutiva são contempladas na Educação Sexual. Como abordar a educação sexual foi uma questão que esteve atravessando permanentemente a pesquisa. Neste sentido, se destacam três posicionamentos: a educação sexual a partir de atividades planejadas (data, hora, assunto), a educação sexual desenvolvida através de ações pontuais ou emergentes e a educação sexual como prática permanente e transversal das dimensões curricular e extracurricular. Podemos concluir que as escolas que formaram parte do estudo vieram desempenhando um papel fracassado da instrumentação da educação sexual como assunto transversal. O estudo revela que na educação sexual se articulam pedagogias de gênero e sexualidade que veiculam representações hegemônicas de masculinidades e feminilidades que (re) produzem situações de discriminação, exclusão e marginalização entre gêneros e no interior de um mesmo gênero. Foi possível verificar que a educação sexual se configura como um espaço de práticas corretivas e que está fundamentado em saberes produzido na lógica heteronormativa que supostamente permitem classificar, ordenar e diferenciar o normal do desviado, propósito para qual se auxilia de “verdades” científicas administradas pela Biologia, Medicina, Psicologia e a Psiquiatria. A limitação da educação sexual ao conhecimento dos órgãos reprodutivos, das mudanças fisiológicas, e dos métodos contraceptivos, reduz a possibilidade de promover diálogos mais abertos com os estudantes, predominando um discurso biomédico nas práticas da educação sexual onde a diversidade sexual não encontra espaço para ser abordada, a não ser como exemplo para falar do desacreditado e do estigmatizado, corroborando desta forma para a produção/perpetuação da normatização sexual. Os pressupostos compartilhados sobre o que implica a transversalidade na Educação Sexual e o pouco tratamento metodológico para a sua projeção, são aspectos que impedem os avanços nesta área.